PROCESSO N.º 3084/20016
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N.º 31/2016
CONTRATO DE REPASSE FINANCEIRO N.º 157/2016
HOMOLOGADO EM 06 DE MAIO DE 2016

Objeto: Repasse financeiro para o Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubitatã, oriundo do Governo do Estado do Paraná, conforme Resolução Sesa nº. 615/2016.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ n.º 76.950.096/0001/10, com sede administrativa a Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Haroldo Fernandes Duarte, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. N.º 1.847.057-8 PR e inscrito no CPF n.º 960.951.728-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro, como **BENEFICIÁRIA**, a Empresa **HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA CASA DE UBIRATÃ**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 06.305.711/0001-50, situada na Rua Benjamin Constant, s/nº, centro, Ubitatã, Paraná, Cep: 85.440-000, telefone nº. (44) 3543-1332, e-mail santacasaurata@gmail.com, celebram em comum acordo o presente contrato, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito público e cláusulas estipuladas a seguir:

COMPOSIÇÃO DO CONTRATO:

Item	Quant	Unid	Descrição	V. Unitário (R\$)	V. Total (R\$)
1	12	Mensal	Repasse financeiro para o Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubitatã.	17.828,49	213.941,88

Justificativa: O Município de Ubitatã juntamente com o Conselho Municipal de Saúde trabalha para proporcionar um atendimento hospitalar, clínico e laboratorial de qualidade para os munícipes. Bem como se sabe que para a realização dos atendimentos de média e alta complexidade, atendimentos estes que não são possíveis serem realizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município, os pacientes são encaminhados para receber tais atendimentos no Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubitatã, pois é o único hospital do Município que atende pelo Sistema Único de Saúde, além de ser um estabelecimento de referência para toda microrregião em urgência/emergência e está integrado no Programa Rede Mãe Paranaense.

Vale ressaltar que os atendimentos realizados no Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubitatã não se restringem a atender pacientes apenas de Ubitatã. Os cinco Municípios que compõem a microrregião (Campina da Lagoa, Juranda, Mamborê, Altamira do Paraná e Nova Cantu) também contam com todos os procedimentos, atendimentos, cirurgias e exames oferecidos pelo hospital.

Sabemos que para o funcionamento de qualquer instituição é necessário recursos financeiros para custear as despesas e no caso do hospital não seria diferente. Tendo em vista que apenas 5% (cinco por cento) das consultas, internamentos e cirurgias são particulares, agregando receita para o Hospital, o

restante da receita necessária para custear as despesas são oriundas de convênios, parcerias, doações e programas estabelecidos com o governo Federal, Estadual e Municípios da microrregião. Ficando evidente, que para ser possível a realização de todos os atendimentos da Atenção de Média e Alta Complexidade, bem como quaisquer outros tipos de procedimentos o hospital necessita receber recursos para financiamento dos procedimentos e de incentivos permanentes, dentre eles está incluso um recurso financeiro que estava sendo transferido mensalmente por meio de Convênio da Secretaria de Estado, em conformidade com o publicado na Programação Pactuada e Integrada, mas, no entanto, desde o mês de Outubro de 2015 o Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubitatã não está recebendo este repasse, devido à dificuldade na renovação do Convênio, o que seria uma quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais, causando um déficit total de aproximadamente R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) na receita prevista para este período.

Considerando que a instituição possui um gasto médio mensal de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) e sua receita média mensal é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) fica evidente que o não recebimento deste recurso está proporcionando transtornos ao Hospital. O salário dos médicos e funcionários que trabalham na Santa Casa encontram-se atrasados e o hospital corre sérios riscos de ter que interromper seus trabalhos e fechar. Mesmo passando por tais dificuldades financeiras, até o presente instante, todos os exames, atendimentos e procedimentos clínicos e cirúrgicos continuam sendo realizados de maneira eficaz, conforme pode ser verificado nos demonstrativos em anexo, entretanto sem um incremento financeiro não será possível dar prosseguimento às atividades.

Os municípios que não se enquadram como Gestão Plena segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, por não aderirem ao processo de habilitação, permanecem cabendo ao Governo do Estado à gestão do SUS naquele território municipal, enquanto for mantida a situação de não-habilitado. E, o Município de Ubitatã não se enquadra como Gestão Plena, sendo assim é responsabilidade do Estado gerir a atenção hospitalar.

Visto tal situação, o Conselho Municipal de Saúde de Ubitatã no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8080/1990, Lei Federal nº 8142/1990, Lei Municipal nº. 2067/2013, Lei Complementar nº 141/2012 e Resolução Estadual 615/2015, que dispõe sobre o incremento do teto Financeiro de Atenção de Média e Alta Complexidade permite a aplicação de um incentivo temporário visando o desenvolvimento e execução dos serviços públicos de saúde, tendo como objetivo a continuidade do serviço, o aumento do atendimento integral da microrregião na Rede Mãe Paranaense e na Rede Urgência/Emergência.

Considerando que o Município de Ubitatã está contemplado como um dos municípios elencados nesta Resolução, que estão habilitados a receber o incremento do Teto Financeiro do Sistema de Saúde, o município irá receber o custeio no valor de R\$ 213.941,88 (duzentos e treze mil, novecentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos), que serão destinados para cobrir as despesas com plantões médicos, exames laboratoriais e de diagnósticos, consultas, cirurgias eletivas, procedimentos ambulatoriais e ortopédicos compreendendo o período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016 que deverão ser repassados mensalmente para o Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubitatã.

1. EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

1.1. O presente Contrato de Repasse tem por finalidade a transferência de recursos financeiros do Governo do Estado do Paraná, conforme Resolução Sesa nº. 615/2016, para cobrir parte das despesas do Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubitatã.

1.1.1. A validade deste Contrato está condicionada à continuidade dos serviços prestados pelo Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubitatã que deverá manter regular o atendimento demonstrando atingir no mínimo o número de atendimentos alcançados nos meses anteriores.

1.1.2. O Hospital deverá executar seus trabalhos de forma eficaz, seguindo as metas mensais definidas anteriormente.

1.1.3. O incremento se destina a manutenção, continuidade e ampliação de serviços de plantões médicos, exames laboratoriais e de diagnósticos, consultas, cirurgias eletivas, procedimentos ambulatoriais e ortopédicos, voltados ao atendimento integral da microrregião na Rede Mãe Paranaense e na Rede Urgência/Emergência.

1.2. Caso a beneficiária não satisfaça as exigências contidas neste instrumento estará sujeita a suspensão no repasse dos recursos.

2. OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA

2.1. Prestar serviços de saúde, conforme Contrato pactuado com o Município de Ubitatã.

2.2. Emitir relatórios mensais, conforme parâmetros exigidos pela Secretaria de Saúde, até o decimo dia subsequente de cada mês.

2.3. Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, responsabilizando-se pela segurança individual e coletiva dos mesmos.

2.4. Relatar ao Município toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

2.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo Município.

2.6. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução do objeto, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato.

3. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Beneficiária.

3.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

3.3. Notificar a Beneficiária por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

3.4. Efetuar os repasses conforme definido no item 5.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor do presente contrato é de R\$- 213.941,88 (*duzentos e treze mil, novecentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos*), o qual inclui todas as parcelas do incremento conforme Teto Financeiro de Atenção da Média e Alta Complexidade.

4.2. Para o atendimento das despesas provenientes deste processo, é indicada a seguinte dotação orçamentária:

Despesa Orçamentária	Fonte de Recurso	Desc. da Despesa	Valor R\$
1938		Prestação de serviços diversos	213.941,88

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. Será repassado de imediato o valor de R\$- 71.313,96 (setenta e um mil, trezentos e treze reais e noventa e seis centavos), equivalente a 04 (quatro) parcelas referentes ao período retroativo de janeiro de 2015 à abril de 2016.

5.2. A estimativa de pagamento do saldo restante do repasse mensalmente será em parcelas iguais no valor de R\$- 17.828,49 (dezesete mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e nove centavos).

5.3. O repasse ao Beneficiário está efetuado somente mediante transferência dos recursos por parte do estado.

5.4. No corpo da **Nota Fiscal/Recibo**, deverá ser informado o número do processo, assim como a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente. A não informação dos itens acima levará à devolução da Nota Fiscal.

5.5. Conforme Instrução Normativa 45/2010, o pagamento de despesas será efetivado pelos meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, obrigatoriamente nominal ao credor, sendo física ou jurídica, conforme consta na documentação dos processos licitatório.

6. PRAZOS

6.1. O prazo de vigência da contratação encerrará em 31 de dezembro de 2016, com início na data da assinatura do contrato, de acordo com a vigência do incremento.

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

7.1. Caso a Beneficiária não cumpra as obrigações constantes neste contrato e demais exigências estabelecidas para satisfação das condições para recebimento do repasse, estará sujeita a suspensão do repasse e/ou devolução dos valores recebidos.

8. RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido, livre de qualquer ônus, nos seguintes casos:

- a) Por dolo, culpa, simulação ou fraude na sua execução do objeto;
- b) Nos casos previstos no *Item 07* do presente Contrato;
- c) Nos casos previstos nos Arts. 78, 79 e 80 da Lei nº8.666/93;
- d) Falta de dotação orçamentária e/ou recursos disponíveis por parte do Município ou Governo Estadual.

9. DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Ficam vinculados ao presente contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, os documentos contidos nos autos do Processo Licitatório 3084/2016.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se *lhes* supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de direito público.

11. DA ANTICORRUPÇÃO

11.1. O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – Paraná, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo Banco¹. Em consequência desta política, o Banco:

- a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
 - (i) **“prática corrupta”**²: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
 - (ii) **“prática fraudulenta”**³: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
 - (iii) **“prática colusiva”**⁴: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

¹. Nesse contexto, será imprópria qualquer atitude tomada no intuito de influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato para obter vantagens indevidas.

². Para os fins deste parágrafo, “terceiros” refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, “funcionário público” inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

³. Para os fins deste parágrafo, “parte” refere-se a um funcionário público; os termos “benefício” e “obrigação” são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o “ato ou omissão” tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

⁴. Para os fins deste parágrafo, o termo “partes” refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de

- (iv) “**prática coercitiva**”⁵: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (v) “**prática obstrutiva**”: significa:
- (aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
 - (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:
- (b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;
- (c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
- (d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco⁶, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado⁷ subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
- (e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco

aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

⁵. Para os fins deste parágrafo, “parte” refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.

⁶. Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, *inter alia*, impedimento “cruzado”, conforme acordado com outras Instituições Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

⁷. Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

12. FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatã, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem justas e Beneficiárias, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ubatã - Paraná, 06 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito
Contratante

HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA CASA DE UBIRATÃ

Representante legal da empresa
Beneficiária

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: